

Reformas, vagas intenções

11 JUN 2003

O GLOBO

ARTHUR VIRGILIO

A adesão definitiva do PT e de seu governo ao campo das forças políticas que se batem pelas reformas no Brasil foi muito aguardada por todos nós. Não foram só os meses que o governo levou, na gestação das suas propostas de emenda constitucional sobre impostos e previdência. Foram longos anos de espera. Anos em que o apoio do PT — às vezes um pequeno apoio, de uns poucos votos, uma simples abstenção, a não-obstrução — teria feito toda a diferença para possibilitar mudanças que, hoje, temos que retomar com atraso, correndo atrás do prejuízo.

O pacote constitucional enviado pelo governo do PT ao Congresso tem um único e claro sentido: promover o aumento de arrecadação e encher o caixa do governo. A conta será paga pelos contribuintes, pelos servidores, pelos aposentados e pelos trabalhadores.

O setor produtivo também não terá muito a ganhar, embora formalmente o governo diga que seu objetivo é incentivar os investimentos. Basta olhar os textos das emendas para comprovar que não passam de vagas intenções.

O que o governo federal chama de reforma tributária limita-se a remendos — em alguns casos, perigosos. O exemplo mais claro é a CPMF, a contribuição provisória sobre o cheque, que deveria ser reduzida a 0,08% no

próximo ano, e que, pela proposta do Executivo, ganha vida eterna. Apenas com este único item, o governo já conseguirá reforçar seu caixa em R\$ 20 bilhões.

A reforma tributária que o PSDB defende é orientada para incentivar a produção e o emprego, por meio de um sistema que desonere as exportações e os investimentos, e que promova a justiça social. A defendida pelo PT consegue justamente o contrário: pune os estados exportadores e, em consequência disso, cria uma ameaça perigosa às nossas contas externas.

A proposta de emenda do Executivo torna preceito constitucional o mecanismo de isenção de ICMS das exportações, criado pela Lei Kandir. Entretanto, ao contrário do que previa a lei, não assegura o ressarcimento aos estados. Com isso, as unidades da Federação que exportam mais do que importam — ou seja, que contribuem de forma direta para os superávits comerciais obtidos pelo país — correm o risco de perder receitas.

A população mais pobre também pode perder com a reforma tributária. Ela proíbe a concessão de isenções de ICMS por parte dos estados e impede que o novo imposto seja regulamentado por lei complementar,

Até lá, seriam preservadas as atuais isenções. Serão diretamente afetados os preços de alimentos da cesta básica, de remédios essenciais, de materiais hospitalares e de insumos agrícolas. São produtos que, nos últimos anos, foram alvos de políticas sociais por parte do Estado, e tiveram a cobrança do ICMS reduzida ou zerada — o que ficou vedado pelo texto do Executivo. Com isso, a União deve arrecadar, por baixo, mais R\$ 10 bilhões.

O que o governo
chama de reforma
tributária limita-se
a remendos —
alguns perigosos

Tanto aumento de receita deveria vir acompanhado de maiores repasses aos governos estaduais e municipais, que atendem diretamente às necessidades da população. Mas não há uma única medida nesse sentido esboçada na reforma tributária do presidente Lula.

O PSDB já tem emendas prontas para equilibrar melhor esta relação. As contribuições devem ser compartilhadas, como são os impostos. Tal política é essencial para diminuir a desconcentração regional das receitas.

Queremos impedir que os estados exportadores percam receita com a desoneração das vendas ao exterior. Nosso objetivo é destinar parte do imposto de importação arrecadado pela União para compensar as unidades da Federação superavitárias.

A situação da reforma previdenciária é ainda pior. Se aprovada na forma atual, ficará longe de gerar a sustentabilidade que o governo apregoa buscar para o regime público de Previdência Social. E mais uma vez, o que está por trás é o impacto fiscal que pode advir das medidas, orientadas a reduzir as despesas e elevar a arrecadação.

O detalhe mortal é que este falso ajuste mira apenas o curto prazo, e gera uma enorme incerteza sobre o equilíbrio das contas da Previdência a longo prazo. O problema do INSS é agravado pela emenda que aumenta o teto das contribuições e dos benefícios do regime geral para R\$ 2.400.

Embora esta possa parecer uma medida favorável ao trabalhador, deve-se salientar que ele é, na verdade, o maior prejudicado. De imediato, vai passar a pagar mais para o INSS, sem nenhuma contrapartida nos benefícios, que são calculados pela média das contribuições ao longo de uma vida de trabalho. No futuro, como o teto das aposentadorias sobe, o desequilíbrio das contas será ainda maior — provavelmente, insustentável.

Para exemplificar: um cidadão em atividade, que receba remuneração de 3 mil reais, paga R\$ 171,77 ao INSS. Com o novo teto, passará a descontar R\$ 264 — ou seja, quase 54% a mais do que hoje. A medida contemplará quem vier a se aposentar, após a promulgação da emenda. Somente receberão o valor do novo teto os

que se aposentarem aos 24 anos, no caso das mulheres, e 28 anos, para os homens.

Os atuais aposentados nada ganham com o novo teto. Seus benefícios serão reajustados por índices de preços, e não pelo percentual de elevação do benefício máximo do INSS.

A mudança no valor do teto do regime geral diminui o déficit corrente da Previdência, mas agrava o déficit futuro.

E o que dizer da fixação de idades mínimas para serem imediatamente aplicadas a todos os servidores atuais? A proposta simplesmente elimina a regra de transição adotada pelo governo anterior, que tivera o cuidado de respeitar os direitos daqueles que já se encontravam no serviço público.

O PSDB não irá se contentar em fazer tão-somente ajustes pontuais nas reformas do governo, por uma razão simples: os textos que aí estão não servem aos interesses do país. Vamos apresentar propostas com princípio, meio e fim, orientadas para promover a melhoria das condições de vida da população. Não iremos permitir que os trabalhadores, os contribuintes e os setores produtivos sejam punidos pela sede de dinheiro do governo do PT.

O que o país precisa é de mais produção e mais emprego, e isso as propostas do governo Lula não contêm.

ARTHUR VIRGILIO é senador pelo PSDB do Amazonas.